

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
GLEICY CRISTINA DE BARROS DA SILVA**

**DATAS COMEMORATIVAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA/SC**

**Florianópolis  
2016**

**GLEICY CRISTINA DE BARROS DA SILVA**

**DATAS COMEMORATIVAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito final para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Dra. Tânia Welter

**Florianópolis**

**2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Gleicy Cristina de Barros da  
DATAS COMEMORATIVAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA/SC / Gleicy Cristina de  
Barros da Silva ; orientadora, Tânia Welter - Florianópolis,  
SC, 2016.  
34 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.  
Curso de .

Inclui referências

1.Datas comemorativas. Escola. Educação infantil. Rede  
Pública de Ensino de Itapema.. I. Welter, Tânia. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. . III. Título.

**GLEICY CRISTINA DE BARROS DA SILVA**

**DATAS COMEMORATIVAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:



Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Tania Welter



Maria Anne Stival Pereira e Leal Lozano



Melissa Barbieri de Oliveira



Helder Pires Amâncio

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, que oportunizou a realização do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Tenho certeza de que esta formação irá contribuir para uma educação de maior qualidade.

À paciência da minha orientadora, Tânia Welter, que ouviu e sanou minhas inúmeras dúvidas e me incentivou no decorrer da pesquisa. Obrigada por ser essa pessoa maravilhosa.

A meus pequenos filhos, Henry e Lucca, que estiveram ao meu lado e me acompanharam com paciência e amor incondicional, embora sejam tão pequenos. Vocês são minha vida.

Ao meu marido, Edson, pelo apoio, amor, por ser prestativo, honesto, pelo seu bom humor e por tudo que representa para mim.

À minha família, que é o alicerce da minha vida.

A meus colegas, que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho.

Pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina.

Agradeço, sobretudo, pelos investimentos que, durante os últimos 13 anos, possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate à fome, discriminações e preconceitos. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

*O que sabemos é uma gota,  
o que ignoramos é um oceano.*

Isaac Newton

## RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa sobre atividades realizadas em datas comemorativas em escolas de educação infantil da Rede Pública de Ensino do município de Itapema, estado de Santa Catarina, região sul do Brasil. Com objetivo de conhecer se são realizadas estas atividades, seus objetivos, formatos, envolvimento e previsão legal, foi realizada pesquisa qualitativa em catorze escolas durante o mês de outubro de 2016. Foram utilizados instrumentos de pesquisa qualitativa como entrevistas semiestruturadas, além de análise de documentos como o Plano Municipal da Educação. A pesquisa, envolvendo articuladoras pedagógicas, indicou que todas as escolas de educação infantil desta rede pública realizam atividades em datas comemorativas, sendo o Natal, Páscoa, Festa Junina, Dia das Mães e Dia dos Pais as datas mais recorrentes. Os dados da pesquisa indicam que a tradição ou costume de realizar atividades em datas comemorativas naturaliza e estimula profissionais da educação. Notório os poucos questionamentos a esta prática e muitas desconsiderações ou desrespeitos ao princípio da laicidade, estabelecido na constituição brasileira de 1988 e a diversidade religiosa presente na escola. Observou-se, também, que os objetivos de promover integração entre escola e comunidade, ampliação dos conhecimentos culturais das crianças e estímulo à reflexão científica não são realizados, pois a escola, geralmente, não prevê outras atividades para as crianças que não participam delas por motivos religiosos. Esta não previsão leva à exclusão da criança e de sua família das atividades e ao desrespeito à legislação brasileira, que prevê igualdade de condições para o acesso e permanência na escola para todas as pessoas, independente de gênero, cor e religião.

**Palavras-chave:** Datas comemorativas. Escola. Educação infantil. Rede Pública de Ensino de Itapema.

## ABSTRACT

This paper presents results of research on commemorative dates held in the kindergarten schools of the Public Teaching Network of the municipality of Itapema, state of Santa Catarina, southern region of Brazil. A qualitative research was carried out in fourteen schools during the month of October, 2016. With the purpose of knowing activities, objectives, formats, involvements and legal prediction were carried out, qualitative research instruments were used, such as semi-structured interviews, besides analysis of Documents such as the Municipal Education Plan. The research, involving pedagogical articulators, indicated that all kindergarten schools of this public network carry out activities on commemorative dates, being the most recurrent dates, Christmas, Easter, June party, Mother's Day and Father's Day. The research data indicate that the tradition or custom of carrying out activities on commemorative dates naturalizes and stimulates education professionals. It was observed little questioning of this practice and much disregard or disrespect to the principle of laity established in the Brazilian Constitution of 1988 and the religious diversity present in the school. It was also observed that the objectives of promoting integration between school and community, increasing children's cultural knowledge and encouraging scientific reflection are not realized, since the school generally does not provide other activities for children who do not participate in them for religious reasons. This leads to exclusion of the child and his family of activities and disrespect to Brazilian legislation that provides equal conditions for access and permanence in school for all people, regardless of gender, color and religion.

Key words: Commemorative dates. School. Child education. Itapema Public Education Network.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>07</b>
<b>1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E REVISÃO DA LITERATURA: DA TRADIÇÃO À EXCLUSÃO</b> .....	<b>09</b>
1.1 CULTURA .....	09
1.2 TRADIÇÃO.....	10
1.3 RELIGIÃO, RELIGIOSIDADES, VÍNCULO RELIGIOSO .....	10
1.4 ETNOCENTRISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO .....	11
1.5 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA .....	12
1.6 ESCOLA E FAMÍLIA.....	13
1.7 LUDICIDADE NA ESCOLA .....	14
1.8 VIOLÊNCIAS NA ESCOLA .....	14
1.9 ESTADO LAICO, LAICIDADE E SECULARIZAÇÃO.....	15
1.10 ESCOLA LAICA.....	16
1.11 DATAS COMEMORATIVAS NA ESCOLA .....	17
<b>2 METODOLOGIA E UNIVERSO DA PESQUISA</b> .....	<b>20</b>
2.1 TIPO E INSTRUMENTOS DA PESQUISA .....	20
2.2 UNIVERSO DA PESQUISA .....	20
<b>3 ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA ..</b>	<b>23</b>
3.1 DATAS COMEMORATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR .....	23
3.2 OBJETIVOS DAS ATIVIDADES .....	25
3.3 FORMATO DAS ATIVIDADES .....	27
3.4 INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? .....	28
3.5 TRADIÇÃO OU PREVISÃO LEGAL? .....	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>32</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CITADA</b> .....	<b>34</b>
<b>APÊNDICE: Roteiro de entrevista</b> .....	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados da pesquisa sobre datas comemorativas realizada em escolas de educação infantil da Rede Pública de Ensino do município de Itapema, estado de Santa Catarina, região sul do Brasil.

A motivação desta pesquisa surgiu durante minha atuação como professora desta rede pública de ensino. Observava que determinadas atividades eram realizadas de forma repetitiva, sem reflexão ou objetivos claros. Percebia que, próximo de uma determinada data comemorativa, a escola se mobilizava em torno dessa, muitas vezes parando ou modificando o planejamento. Incomodava-me que o princípio constitucional brasileiro da laicidade e a diversidade religiosa presentes nas escolas eram constantemente desconsideradas no cotidiano. Perguntava-me: por que essas datas ainda são comemoradas nas escolas? Por que não são organizadas outras atividades nestas datas? As atividades realizadas pelas escolas incluem todas as crianças? O que a escola deve fazer com as crianças que não podem participar das atividades? Quais são as orientações pedagógicas destas atividades? As escolas respeitam os princípios constitucionais da laicidade? Por que promovem ou privilegiam determinadas religiões? Quais são os prejuízos destas escolhas na formação de estudantes? Para responder a estas e outras perguntas, busquei pressupostos teóricos, realizei uma revisão da literatura e uma pesquisa sobre datas comemorativas em todas as escolas de educação infantil da rede pública municipal de Itapema. Utilizei como suporte teórico as categorias de cultura, tradição, religião, religiosidade, vínculo religioso, etnocentrismo, preconceito e discriminação, função social da escola, escola e família, ludicidade, violências, Estado laico, laicidade e secularização.

As reflexões sobre datas comemorativas na escola feitas por Luciana Ostetto (2000), Elaine Pinheiro (2010), Thamiris Tonholo (2003) e Cláudia Paz (2010) foram fundamentais para a análise das problemáticas observadas na rede municipal de ensino de Itapema. Ambas afirmam que as profissionais da educação realizam atividades em datas comemorativas sem objetivos claros ou planejamento minucioso e são mais motivadas pela tradição (HOBBSAWM, 1984) de fazer a atividade pelo apelo comercial.

Luciana Ostetto (2000) observa que, na prática, ocorre uma fragmentação do conhecimento e, embora este seja o objetivo, o repertório cultural de estudantes não é ampliado quando são realizadas estas atividades. Também para Thamiris Tonholo (2003), a aprendizagem de estudantes não é significativa durante a realização dos eventos em datas

comemorativas na escola. Além disto, em vez de incluir, as atividades podem promover o desrespeito e exclusão por motivos de vínculo religioso de determinados estudantes.

Eliane Pinheiro (2010) faz críticas específicas a estas atividades realizadas em datas como Páscoa e Natal especialmente por desconsiderar que o Estado brasileiro e a escola pública são laicos. Critica profissionais da educação que se recusam a refletir sobre isso e realizam atividades nas escolas em datas comemorativas sem levar em conta as diferenças entre estudantes. Para esta, se a escola não é confessional, deveria receber, respeitar e incluir todas as pessoas, independente do credo religioso.

Já Cláudia Paz (2010) reflete criticamente sobre as atividades realizadas nas datas comemorativas definidas como Dia dos Pais e Dia das Mães. Sua crítica diz respeito ao fato de que as atividades geralmente estão fundamentadas em um modelo familiar monogâmico e heterossexual, desconsiderando outros modelos familiares e pessoas envolvidas.

Compartilho destas reflexões no meu olhar pedagógico sobre o tema. É preocupante observar pouca ou nenhuma reflexão crítica sobre o tema no âmbito educacional, considerando que a escola é espaço para produzir e socializar conhecimento e atender a todas as pessoas. Levando em conta estes objetivos, exclusões e desrespeitos são inaceitáveis neste ambiente.

Para conhecer as atividades realizadas em datas comemorativas, seus objetivos, formatos, frequência e se haviam crianças que não participavam, realizei uma pesquisa nas escolas de educação infantil da rede pública do município de Itapema. Primeiramente, fiz contato com as catorze (14) escolas, explicando os objetivos e metodologia da pesquisa. Dez (10) escolas aceitaram participar da pesquisa. As entrevistas com articuladoras pedagógicas foram realizadas por telefone durante o mês de outubro de 2016.

Esse trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresento os pressupostos teóricos e uma breve revisão sobre datas comemorativas na escola. O segundo capítulo diz respeito à metodologia e ao universo da pesquisa. E, por fim, no terceiro capítulo, apresento uma análise dos dados da pesquisa realizada nas escolas de educação infantil da rede pública municipal do município de Itapema.

## **1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E REVISÃO DA LITERATURA: DA TRADIÇÃO À EXCLUSÃO**

Neste capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos e a revisão da literatura sobre datas comemorativas na escola.

### **1.1 CULTURA**

A cultura é como uma lente através da qual o ser humano vê o mundo. Pessoas de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões diferentes de mundo (BENEDICT, 1972, apud LARAIA, 2001, p. 67).

A diversidade cultural existente é muito investigada. Roque de Barros Laraia (2001) deixou claro que a biologia não determina a cultura do indivíduo. Ou seja, para esse pesquisador, a cultura não é definida pelo fator genético. “Os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais” (LARAIA, 2001, p. 17).

O autor considera que o ser humano se comporta e age segundo aprendizados e educação que recebeu. Esse processo é chamado, por ele, de endoculturação, e não é nato. Meninos e meninas vão agir ou se comportar segundo a forma como foram educados. Ainda, para Roque Laraia, o fator geográfico também não determina ou não explica as diferentes culturas, pois, em um mesmo território ou país, é possível observar diversas culturas. O autor cita o exemplo dos esquimós e dos lapões, que, apesar de estarem sob condições geográficas semelhantes, têm estilos de vida completamente diferentes. E do contrário também, ou seja, existem culturas parecidas em territórios diferentes.

Roque Laraia (2001) cita Edward Taylor como ponto de partida para a definição de cultura, explicando que cultura é um conjunto de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e hábitos adquiridos pelo ser humano. O ser humano é o único animal que possui cultura. Estes, ao contrário das formigas, “têm a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los” (LARAIA 2001, p. 99).

Embora a cultura, por meio de conhecimentos socializados, não é imutável e pode ser questionada e transformada pelas pessoas envolvidas. Esta formação pode ensinar que uma cultura é mais importante e melhor do que outra e, desta forma, impedir uma pessoa de enxergar ou respeitar os valores de outra, gerando preconceitos e levando a discriminações.

## 1.2 TRADIÇÃO

É muito recorrente ouvir que tradição é algo importante e valorizado pelas pessoas. Para muitos, é até uma questão de honra. Qual sua relevância? Para Eric Hobsbawm (1984), as tradições são “inventadas” pelas elites com a finalidade de atender aos seus interesses.

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez (p. 09).

O autor diferencia tradição e costume, bem como tradição e convenção, ou seja, rotina. Para ele, tradições retomam e ritualizam o passado, costumes permitem mudanças e convenções são adquiridas eventualmente. A tradição geralmente indica uma reprodução do passado sem objetivos específicos. “Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (HOBBSAWM, 1984, p. 13).

Eric Hobsbawm (1984) menciona que novas tradições ou novas invenções da tradição ocorrem para adaptar as velhas tradições ao novo contexto. Ou seja, modelos novos foram incorporados em modelos antigos, para atender às necessidades da sociedade, pois essa foi modificando; conseqüentemente, os desejos e necessidades também. E, por fim, para o autor, “é óbvio que nem todas essas tradições perduram” (1984, p. 09).

## 1.3 RELIGIÃO, RELIGIOSIDADES, VÍNCULO RELIGIOSO

Para Tânia Welter (2007), religião é algo complexo de definir, que está ligada a símbolos, rituais e contexto sociocultural. Religiosidade, por sua vez, é uma experiência subjetiva e individual vinculada às vivências, aos relacionamentos, valores, práticas e outros. É a partir das vivências ou experiências com a família, comunidade ou amigos/as, que as pessoas terão acesso à religiosidade, afirma Welter (2007).

Pedro Oliveira (apud WELTER, 2007) percebe religiosidade como sendo um conjunto de sentimentos, práticas e crenças que podem ou não ser pertencentes a alguma instituição

religiosa. Assim, a pessoa pode ter uma fé, uma forma de devoção e não estar vinculada formalmente a uma denominação religiosa específica.

Tânia Welter (2007) afirma, ainda, que a cultura possui uma base religiosa.

Esta base religiosa, que estaria difusa e profunda na cultura, está orientando práticas, costumes, comportamentos e crenças, fornecendo elementos para interpretar e reinterpretar eventos históricos. Também, dá sentido ao mundo circunstancial e inspira a criação de um mundo desejado (2007, p. 31).

Como vimos, religiosidade é algo que faz parte da vida do ser humano, sendo diferente ser vínculo ou pertencimento religioso.

#### 1.4 ETNOCENTRISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Renato Queiroz (1995) esclarece a diferença e interligação entre os conceitos preconceito, estereótipos, etnocentrismo e discriminação. Para este, preconceito é uma ideia que temos sem, necessariamente, conhecer os fatos. Estereótipos são rótulos usados para dar qualidade ou defeito de grupos, sejam nacionais, raciais, religiosos e outros. Etnocentrismo é a noção de que seu modo de vida é correto e superior aos demais. Esta noção pode levar uma pessoa a repudiar outra cultura ou costumes que são diferentes do seu. Quando repudiamos ou menosprezamos pessoas, grupos, religiões, nações e outros, considerando-os inferiores ao nosso ponto de vista, estamos agindo de forma discriminatória (QUEIROZ, 1995, p. 34).

Para Renato Queiroz (1995), não nascemos preconceituosos ou este comportamento é natural. Tornamo-nos preconceituosos durante nossa formação como pessoas; as noções são passadas de geração para geração.

As motivações para ações discriminatórias podem ser diferenças sociais, econômicas, físicas, culturais, de gênero, orientação sexual, religiosidade ou outras. Brincadeiras e expressões preconceituosas são naturalizadas por seu uso recorrente. Uma forma de diminuir o preconceito é refletir coletivamente a partir de uma perspectiva científica na escola ou em qualquer outro espaço. Esta reflexão pode levar a uma maior aceitação das diferenças.

## 1.5 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Sueli Mendonça (2011) realiza uma pesquisa sobre a função social da escola na sociedade capitalista e conclui que a maioria das pessoas considera que a função da escola é socializar e transmitir conhecimento. Ela explica que, com a chegada do capitalismo, fábricas e indústrias, a escola passa a assumir outras funções e objetivos. Relata que a escola sofreu um avanço com a ascensão da burguesia, pois defendia a transmissão de conhecimento para todas as pessoas. A escola moderna, no entanto, devido a contradições entre objetivos políticos e a exploração da classe trabalhadora, não conseguia cumprir seu papel social.

Para esta estudiosa,

a escola é o espaço singular para as mediações, que visam à socialização dos conhecimentos, a partir de atividades pedagógicas organizadas para esse fim, em cuja condução o professor tem um papel fundamental de fazer a articulação entre esses conhecimentos (significados sociais) e os conhecimentos dos estudantes (sujeitos que atribuirão sentido pessoal a essas práticas sociais consolidadas) (2011, p. 348).

Para Carlos Cury (2006), a educação é um direito de todas as pessoas e dever do Estado. Ele cita o artigo 205 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) em que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Também a qualidade de ensino deve ser uma meta e garantida por lei. Para ele,

a qualidade do ensino, mesmo atendida à universalização da população em idade escolar, será sempre uma meta, seja pelo caráter cumulativo do conhecimento, seja pelas circunstâncias históricas que a condicionam e para as quais ele deve buscar caminhos cada vez mais abertos (CURY, 2006, p. 9).

Este estudioso reflete sobre responsabilidade social na educação escolar.

A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações. Por isso mesmo, vários sujeitos são chamados a trazer sua contribuição para este objetivo, destacando-se a função necessária do Estado, com a colaboração da família e da sociedade (CURY, 2006, p. 7).

Além de garantir a função da escola, ou seja, produzir e socializar o conhecimento, o Estado deve garantir o acesso e a qualidade da formação para a cidadania. Nesta formação, são fundamentais conteúdos como respeito, empatia e solidariedade entre as pessoas.

## 1.6 ESCOLA E FAMÍLIA

Gustavo Heidrich (2009) reflete sobre a importância da parceria entre escola e família. Cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para afirmar que “as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias” e que elas têm direito ao conhecimento sobre processos pedagógicos, bem como de participar de definições das propostas educacionais. Sabemos que esse direito nem sempre é garantido e que as parcerias entre famílias e escolas são muito frágeis e distantes. O que verificamos é que há muito mais cobranças por parte da escola para que haja maior participação da família na vida escolar do/a estudante do que por parte das famílias.

Para Heidrich (2009), a escola tem a obrigação de informar as famílias sobre escolhas pedagógicas, projetos, objetivos, atividades, rendimento e eventuais problemas das/os estudantes; deve criar atividades para fortalecer o diálogo, para socialização entre as duas instituições e para que as famílias acompanhem a vida escolar de seus/suas filhos/as. Ele afirma, ainda, que a participação e interesse da família pela vida escolar do/a estudante melhora o rendimento do/a estudante.

Gustavo Heidrich (2009) defende ideias pontuais para melhorar a parceria entre famílias e escolas, como, por exemplo: apresentar para as famílias os/as funcionários/as da escola; expor currículos e projetos; expor atividades de estudantes; marcar reuniões com familiares; estimular a organização de Associação de Pais e Professores (APP); promover festas, comemorações. Ele sugere que as festas e comemorações nas escolas não sejam realizadas em datas comemorativas, que sejam abertas à participação de familiares, não sejam obrigatórias e não desrespeitem a liberdade religiosa de estudantes e suas famílias.

Uma das formas de “trazer” as famílias para a escola é organizar o dia (ou os dias) da família na escola, cujo objetivo é a inclusão de todas as famílias. Esta atividade pode melhorar a parceria e comunicação entre as instituições, criar momento de lazer e oportunidade de diálogo, melhorar o relacionamento da criança e do/a adolescente com seus pares, promover contato com produção de estudantes e profissionais da educação e estimular o comprometimento das famílias com a escola e vice-versa.

## 1.7 LUDICIDADE NA ESCOLA

A ludicidade é um aspecto importante da aprendizagem das pessoas. Para Mirelle Vecchietti (2011), a ludicidade é relevante para a aquisição do conhecimento. A autora cita Neves (s/d) para enfatizar que, além de adquirir conhecimento, o lúdico facilita o processo de ensino-aprendizagem da criança. É por meio de atividades lúdicas que “o educando explora sua criatividade, melhora sua conduta no processo-aprendizagem e sua auto-estima”.

Verificamos que, muitas vezes, as/os profissionais da educação não relacionam a ludicidade ao aprendizado e vêem a escola apenas como espaço para exercício do disciplinamento. Vecchietti (2011) se contrapõe a esta ideia e defende a importância de a escola ser um ambiente prazeroso, onde o brincar seja estimulado, natural e espontâneo. Ela defende que jogar e brincar pode contribuir para enriquecer a dinâmica das relações sociais na sala de aula e auxiliar na formação do/a estudante.

Como professora, considero o lúdico como uma ferramenta indispensável na educação infantil. Verifico que a criança aprende mais e melhor quando brinca. O planejamento e a reflexão das atividades são fundamentais para que os objetivos sejam alcançados e aprimorados. A formação continuada do/a profissional também é fundamental para o sucesso. Ele/ela deve observar e conhecer as crianças, suas linguagens, desejos, corpos, emoções, para verificar seu desenvolvimento e constatar problemas e sofrimentos. As crianças costumam reproduzir aquilo que vivenciam e as brincadeiras são momentos oportunos para observar, interagir e aprender com elas.

## 1.8 VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

Infelizmente, nossa sociedade é repleta de preconceitos, discriminações e exclusões. A escola, que deveria ser um espaço de acolhimento, acaba reproduzindo preconceitos cujas consequências são, dentre outros, a evasão escolar, discriminação, violência física e psicológica, assim como a exclusão. Essas discriminações e violências geralmente ocorrem contra pessoas consideradas como “diferentes” da maioria. Rogério Junqueira (2009) afirma que tais discriminações tendem a ser maiores quando as pessoas estão, supostamente, “fora do padrão convencional”.

Nesse contexto, Rogério Junqueira (2009) aborda uma forma de violência que denominou de “pedagogia do insulto”, que são as piadas, brincadeiras, apelidos e expressões que menosprezam aqueles que não se ajustam aos padrões. Entre estes estão pessoas negras, indígenas, afeminadas, masculinizadas, gordas, magras, seguidores de determinadas religiões, entre outras. Afirma, ainda, que a “pedagogia do insulto” é utilizada na escola e, por meio dela, estudantes e docentes são hostis a estas pessoas e grupos.

As violências prejudicam o rendimento escolar e a formação das pessoas.

As pesquisas apontam que toda forma de discriminação interfere nas expectativas de sucesso e rendimento escolar; produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação, isolamento; estimula a simulação para ocultar a diferença; gera desinteresse pela escola; produz abandono e evasão, tumultua o processo de configuração e expressão identitária, levando inclusive à tentativa de suicídio (WELTER, 2015, p. 22).

A violência nas escolas é preocupante. Uma forma de minimizar e combater esse problema e sensibilizar as pessoas para o respeito às diferenças pode estar na sua formação, na promoção de eventos, reflexões, atividades.

## 1.9 ESTADO LAICO, LAICIDADE E SECULARIZAÇÃO

Tânia Welter (2015) reflete sobre os conceitos de Estado laico, laicidade e secularização. O Estado brasileiro é laico e estabeleceu o princípio constitucional da laicidade no século XIX. Isto significa que Estado e religião são instituições diferentes e, que, em um Estado laico, não se deve privilegiar ou fazer apologia a uma religião. O princípio da laicidade não indica a eliminação da religião na sociedade. As pessoas e as culturas são orientadas por princípios religiosos, mesmo vivendo em Estados laicos. A secularização, no entanto, indica a exclusão das religiões da sociedade.

## 1.10 ESCOLA LAICA

A Constituição Federal do Brasil (1988) reafirma que o Estado é laico.

Sendo laico, o Estado não pode se pronunciar em matéria de religião, portanto, não pode determinar critérios e conteúdos de seleção de pessoal. Em outras palavras, o Estado não pode contratar, sem risco de fazer o que lhe é vedado, ou seja, praticar gestos arbitrários, sem transparência e critérios efetivamente públicos (FISCHMANN, 2004, p. 05).

Por conseguinte, o Brasil é um país com liberdade religiosa e direito à educação pública laica, conclui Roseli Fischmann (2004). Para ela, a função da escola é zelar, prestar serviço ao cidadão, transmitir conhecimento científico e divulgar o respeito de liberdade individual de crença. Todos têm direito a uma crença religiosa, que deve ser respeitada. Há violência quando uma pessoa tenta

submeter o outro a certa visão de fé, que não é necessariamente a dele. É ignorar, preliminarmente, a limitação humana, em especial do ponto de vista da cidadania praticada num Estado democrático laico, para pronunciar-se acerca do sobrenatural, do espiritual e do sagrado, diferentemente da possibilidade que tem de pronunciar-se acerca do tangível (FISCHMANN, 2004, p. 04).

Observamos que é mais fácil encontrar diferenças do que uma religião comum. A escolha por uma ou mais religiões ou religiosidades é pessoal.

A liberdade de crença é assunto do foro íntimo do indivíduo, é questão de consciência, fé livremente escolhida e aceita nos seus princípios e decorrências. Nesse sentido, a família e as religiões é que são os agentes apropriados para a transmissão desses conteúdos à criança, de maneira confessional (FISCHMANN, 2004, p. 15).

Impor uma determinada religião ao coletivo, qualquer que seja, pode gerar conflitos e desentendimentos. Lembrando que a religiosidade é um direito, Fischmann (2004) afirma que a criança e/ou o adolescente têm o direito de receber uma orientação religiosa da família e que esta orientação deve ser respeitada na escola. O não respeito a esta orientação leva a violências diversas, “suaves e difusas”, muitas vezes de forma encoberta. Superar semelhantes práticas discriminatórias, pela educação, é tarefa necessária que não inclui “denominadores comuns”, mas, antes, respeito à diversidade e pluralidade, abrigadas pelo princípio constitucional da laicidade, em benefício de todas as pessoas e das liberdades fundamentais (FISCHMANN, 2004, p. 04).

Todas as religiões merecem respeito. Isto não quer dizer que devemos ser religiosos, ao contrário, reafirmo o direito de ter ou não uma crença religiosa, de esta escolha ser respeitada e de não submeter ninguém a uma religião. Sabemos que as pessoas são religiosas, há um universo de crença e descrenças, porém é papel do Estado e da escola produzir e socializar conhecimento e seguir o princípio da laicidade.

### 1.11 DATAS COMEMORATIVAS NA ESCOLA

É recorrente observar a realização de atividades em datas comemorativas de escolas de educação básica no Brasil. Luciana Ostetto (2000) faz algumas reflexões sobre planejamento na educação infantil baseado em datas comemorativas; momentos em que surgem alguns questionamentos como quais os critérios para escolher e realizar atividades em datas comemorativas, as concepções históricas, as ideologias e a questão comercial.

É necessário avaliar o que ocorre ao realizar atividades em datas comemorativas nas escolas. Luciana Ostetto (2000) percebe que as atividades acabam fragmentando os conhecimentos, que são pouco planejadas ou avaliadas pelos/as profissionais, são repetitivas e descontextualizadas, bem como realizadas de forma superficial. Para esta autora,

podemos perceber a elaboração ou proposição de “trabalhinhos”, “lembrancinhas”, dançinhas, teatros geralmente destituídos de reflexão, por parte do educador, que em momento algum pára para pensar no significado disso tudo para as crianças, se está sendo “gratificante”, enriquecedor para elas. O educador acaba sendo um repetidor, pois todos os anos a mesma experiência se repete, uma vez que as datas se repetem. Talvez uma atividade aqui outra ali, um ou outro trabalhinho seja renovado, mas o pano de fundo é o mesmo (OSTETTO, 2000, p. 04).

Ao discutir sobre as questões pedagógicas, Luciana Ostetto (2000) enfatiza a repetição nas atividades realizadas, sendo apresentadas de forma pouco atraente ou significativa para as crianças. Além disto, observa que o repertório cultural das crianças não é ampliado devido a essa repetição. A atividade realizada “massifica e empobrece o conhecimento, além de menosprezar a capacidade da criança de ir além daquele conhecimento fragmentado e infantilizado” (OSTETTO, 2000, p. 03).

A realização de eventos e festas em datas comemorativas na escola é refletida de forma crítica por Thamiris Tonholo (2003). A autora entende a escola como um espaço de construção de saberes e, para tanto, considera que se deve definir os objetivos pedagógicos

das atividades. Atividades mal planejadas nestas datas não proporcionam aprendizagens significativas e tendem a estimular a cultura do “presentear”.

Thamiris Tonholo (2003) e Eliane Pinheiro (2010) refletem sobre o apelo comercial das atividades realizadas em datas comemorativas, aspecto pouco refletido por profissionais da educação. Observam que estas atividades escolares podem estimular o consumismo. Eliane Pinheiro (2010) critica profissionais da educação que improvisam uma atividade copiada de “Coelhinho” ou Papai Noel, contratam um Papai Noel para dar pirulitos ou distribuem ovos de chocolate argumentando que as crianças são pobres. Afirma que o sistema capitalista inverte os valores e estimula o consumismo. Para ela, educador/ra humanista não deveria reproduzir o consumismo e dar ecos aos apelos comerciais.

Thamiris Tonholo (2003) reflete, também, sobre a relação entre datas comemorativas e a religiosidade. Percebe que, muitas vezes, a escola ignora as crenças individuais e organiza atividades a partir de um modelo único. Ao fazer isto, promove sofrimentos a judeus, budistas, testemunhas de Jeová, mulçumanos, ateus e algumas denominações evangélicas que não comemoram Natal e Páscoa, por exemplo.

Para Eliane Pinheiro (2010), a escola é um espaço público e deve estar preparada para receber e respeitar qualquer pessoa. Ela pergunta:

Como se sente o aluno testemunha de Jeová que considera essa efeméride como pagã? "Se minha escola é laica, por que tenho que celebrar (ou) comemorar uma festa que considero pagã?" Para o aluno judeu, a data e o simbolismo são diferentes. Neste ano, a Páscoa judaica será comemorada em 30 de março, em memória do Êxodo (Saída do povo hebreu do Egito) (2010, [s/p]).

A escola desrespeita os/as estudantes ao realizar atividades seguindo um único modelo religioso. A/o profissional da educação comprometido não deve reproduzir as atividades sem refletir. Precisa problematizar os objetivos das atividades, inclusive com estudantes, como, por exemplo: devemos comprar porque a mídia diz que é Páscoa? Qual a origem dessa comemoração? Como cada religião a comemora?

Thamiris Tonholo (2003) reflete criticamente sobre uma atividade realizada em uma escola no Dia dos Pais. A maioria dos estudantes desta escola era de baixa renda; a maioria das famílias não era monogâmica, sendo comum estudantes não conviverem com os pais consanguíneos. Mesmo assim, as professoras realizaram atividades tradicionais para o Dia dos Pais, como fazer um cartão para o pai. A autora se perguntava qual o sentido de realizá-la, já que esta atividade gerou angústias, sentimentos de rejeição e inadequação por parte de

estudantes sem pais. E, por fim, sugere que o trabalho nestas datas seja bem planejado e com objetivos pedagógicos definidos.

Para Cláudia Paz (2010), desde a década de 1980, a configuração da família mudou muito no Brasil, sendo comum as mulheres terem dupla ou tripla jornada de trabalho. Mesmo assim, observa que a escola realiza atividades seguindo um modelo de família tradicional que é raro e desconsidera a diversidade existente.

A autora reflete de forma crítica a realização de atividades como Dia das Mães e Dia dos Pais nas escolas. Observou que a maioria das atividades realizadas segue um modelo estereotipado de gênero. Para exemplificar, descreveu uma atividade em uma escola de educação infantil. As professoras organizaram uma peça de teatro para apresentar no Dia das Mães, na qual as meninas atuavam como donas de casa, realizando afazeres domésticos, sem mencionar que as mulheres atuam em outros espaços profissionais. Desta forma, a escola reproduz uma concepção binária de gênero e um modelo hierárquico sem problematizar a questão. O tempo e horário das homenagens realizadas nesta escola era diferente para mães e pais. Enquanto a festa para as mães foi mais elaborada, com horários e duração mais longa, a homenagem aos pais foi curta. A justificativa para a diferença foi que os pais têm pouca disponibilidade de horário e não podem ficar muito tempo na escola; já as mães têm a obrigação de estar presentes e têm mais disponibilidade de horário. Para ela,

as questões de gênero estão presentes no trabalho pedagógico desde a concepção da festa até sua realização. Essas questões, constituintes das identidades de gênero das crianças, aparecem nas rotinas e nas festas, em especial, nos objetos escolhidos, gestos, tipos de apresentação, lugares dos pais e das mães nas festas, rituais de acolhimento; posturas durante a festa, horários escolhidos, peça, música, linguagens, escolha e confecção dos presentes (PAZ, 2010, p. 08).

Como vimos, o modelo normativo de gênero está presente na concepção e realização das atividades na escola, não levando em conta ou problematizando a diversidade de arranjos familiares dos/as estudantes. Na prática, a escola está repleta de diversidades.

No próximo capítulo, apresentaremos a metodologia e universo da pesquisa sobre datas comemorativas na escola realizadas nas escolas de educação infantil do município de Itapema.

## 2 METODOLOGIA E UNIVERSO DA PESQUISA

### 2.1 TIPO E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Com o objetivo de conhecer as atividades realizadas em datas comemorativas, seus objetivos, formatos, frequência e se haviam crianças que não participavam, realizei uma pesquisa nas escolas de educação infantil da rede pública do município de Itapema. Optei por uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 1996) porque considero que ela responde melhor a questões particulares, aprofunda o conhecimento sobre o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 22-23).

Utilizei como instrumento principal da pesquisa a entrevista semiestruturada. Esta entrevista foi composta de um roteiro com perguntas abertas, mas que permitiram adicionar outras no decorrer da entrevista (BONI e QUARESMA, 2005).<sup>1</sup>

### 2.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Participaram da pesquisa todas as escolas de educação infantil da Rede Pública de Ensino do município de Itapema, totalizando catorze (14) escolas. Primeiramente, fiz contato com todas, explicando os objetivos e metodologia da pesquisa. Dez (10) escolas aceitaram participar da pesquisa, duas (2) não aceitaram e duas (2) escolas foram contatadas várias vezes e não havia ninguém disponível para participar da pesquisa.

---

<sup>1</sup> O roteiro de perguntas encontra-se no apêndice do presente trabalho.

**Quadro 1 – Escolas de Educação Infantil de Itapema – SC participantes da pesquisa**

<b>Centros Municipais de Educação Infantil de Itapema</b>	
1	Abelhinha I
2	Abelhinha II
3	Alto São Bento
4	Antônio Russi Filho
5	Branca de Neve
6	Caminhos do Saber
7	Clube do Mickey
8	Ilhota
9	Maria Iracema
10	Meia Praia
11	Pequeno Príncipe
12	Rita Maria
13	Soldadinho de Chumbo
14	Universo da Criança

Antes de cada entrevista, foi feito um acordo de que seria garantido anonimato das profissionais entrevistadas. Em função disto, os nomes das pessoas entrevistadas, bem como os nomes das escolas, não serão mencionados no trabalho.

Foram entrevistadas dez profissionais que atuam no cargo de Articuladora Pedagógica. Articuladora Pedagógica é uma profissional que faz mediações entre a equipe pedagógica e a Secretaria de Educação de Itapema, organiza a escola na falta de professores/as, informa e orienta famílias sobre a aprendizagem de estudantes, acompanha o processo de formação dos alunos acompanha o planejamento de docentes e da escola, promove a formação de docentes por meio de atendimentos sistemáticos, orienta docentes em relação às avaliações semestrais, acompanha o planejamento bimestral, adequando-o aos instrumentos institucionais e garante que se executem os Planos Anuais da Educação.<sup>2</sup>

Todas as articuladoras pedagógicas entrevistadas são mulheres, com Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação. Uma (01) delas é mestranda e nove (9) possuem Especialização nas seguintes áreas: educação infantil, séries iniciais, artes, supervisão escolar, psicomotricidade, gestão escolar, gestão de qualidade na educação, administração de empresas. Sete delas têm menos de 40 anos e três possuem mais de 40 anos. Oito

<sup>2</sup> A descrição das funções da Articuladora Pedagógica foram retiradas do edital do concurso N° 001/2010 do município de Itapema.

profissionais entrevistadas trabalham na escola de um a quatro anos e duas trabalham há mais de quatro anos.

Quatro profissionais afirmaram que já ocuparam outros cargos na escola, além de articuladora pedagógica, como professoras e, uma, também como diretora. As outras seis entrevistadas sempre atuaram como articuladoras pedagógicas.

O município de Itapema fica localizado no Vale do Itajaí, estado de Santa Catarina, região sul do Brasil. A população residente estimada (2016) é de pouco mais de 59 mil habitantes (IBGE). Por ser uma cidade com vocação turística, a população oscila na alta temporada, especialmente nos meses de dezembro e janeiro, quando chega a 500 mil pessoas. Em 2010, quase 29 mil pessoas (63%) se declararam católicas, 3% espíritas e 25,75% evangélicas (IBGE).

Itapema foi colonizada por colonos vindos do continente de Portugal e das Ilhas de Açores e mantém, até o momento, práticas culturais de tradição açoriana como Boi-de-Mamão, Farra do Boi, Terno-de-Reis e Festas do Divino. Em Itapema existe o Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral e o Boi de Mamão Raízes da Terra. Eles realizam e participam de eventos no município de Itapema, especialmente na semana do folclore, e fora dele.

Sobre escolaridade, a população alfabetizada em 2010 (IBGE) era de 41.110 pessoas. Destas, 12.456 frequentavam a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Segundo o Plano Municipal da Educação (PME, 2015, p. 23), este número aumentou significativamente no ano de 2014, onde foram realizadas quase trinta mil matrículas nas escolas da Rede Pública de Ensino do município de Itapema. Deste total, 3.154 foram nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 2.394 nos anos finais do Ensino Fundamental, 1.094 na Educação Infantil (0 a 3 anos) e 1.219 na Educação Infantil (4 e 5 anos).<sup>3</sup>

No capítulo seguinte serão apresentadas as análises dos dados da pesquisa sobre datas comemorativas, realizadas a partir de entrevistas com as articuladoras pedagógicas das escolas de educação infantil da Rede Pública de Ensino do município de Itapema.

---

<sup>3</sup> Segundo o PME (2015, p. 22), “a Secretaria Municipal de Educação de Itapema está adequada à Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que traz a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos”.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

#### 3.1 DATAS COMEMORATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Todas as articuladoras pedagógicas entrevistadas afirmaram que são realizadas atividades em datas comemorativas nas escolas de educação infantil de Itapema onde trabalham. De acordo com informações oriundas das próprias escolas, são realizadas atividades na semana da Páscoa (março ou abril), Natal (dezembro), Dia das Mães (maio), Dia dos Pais (agosto) e Festa Junina (junho). Algumas escolas realizam atividades em outras datas comemorativas, como o Carnaval (fevereiro), Dia das Crianças (outubro), Semana da Pátria (setembro) e Semana do Folclore (agosto). As atividades em datas comemorativas geralmente são definidas no período do planejamento anual, em comum acordo com a direção da escola e equipe pedagógica.

Das cinco (5) datas mais citadas na pesquisa, três (3) são de cunho religioso: Páscoa, Natal e Festa Junina. Considero que esta ação está contra o princípio da laicidade previsto na Constituição Federal do Brasil (1988), que determinou que o Estado brasileiro é laico e, por sua vez, todas as instituições públicas, incluindo as escolas, são laicas. Sabemos que as profissionais e pessoas que frequentam estas instituições não são laicas e que não abandonam suas crenças e valores ao adentrar as instituições e escolas. Esta é uma das dificuldades para tornar uma instituição totalmente laica. Mas, até que ponto isso é justificável?

Roseli Fischmann (2004) enfatiza que o Estado, sendo laico, não pode privilegiar nenhuma religião. A pesquisa realizada nas escolas de educação infantil de Itapema explicitou que é comum realizar atividades nas escolas em datas religiosas sem questionamentos. Sabemos que as/os profissionais da educação que organizam estas atividades seguem princípios religiosos, culturais e familiares e que isto influencia em sua prática profissional. Há aqueles(as) que realizam estas atividades por tradição ou apelo comercial sem problematizar. Considero que educadoras/es devem promover uma educação igualitária, que inclua todas as pessoas, que evite discriminações, parcialidades, violência e exclusões e que promova a reflexão e a formação.

Sabemos que a perspectiva etnocêntrica (QUEIROZ, 1995) pode levar à discriminação de pessoas e grupos e interferir no sucesso escolar de estudantes de tal forma que o leve ao isolamento, a se tornar inseguro ou, até, tentar suicídio (WELTER, 2007). A escola não deve

compactuar com isto e ser espaço para discriminações, exclusão e violência. A escola deve ser espaço humanitário, de igualdade, onde se desenvolva ou estimule a empatia.

Outro aspecto para repensar as atividades em datas comemorativas na educação infantil é a questão pedagógica. Avalio que as atividades devem ser planejadas, ter objetivos e fundamentação teórico-metodológica bem definidas e serem avaliadas constantemente (OSTETTO, 2000).

A pesquisa realizada nas escolas de Itapema explicitou que o planejamento das atividades em datas comemorativas não ocorre com muita antecedência e estas são organizadas quando a determinada data se aproxima. Como demora em torno de uma semana para preparar a escola, confeccionar as “lembrancinhas” e realizar as atividades, e são cinco datas mais frequentes, somam-se cinco semanas de atividades. Muitas vezes, estas atividades temáticas são priorizadas e as demais, previstas no planejamento anual de atividades, são abandonadas ou adiadas.

Verificamos, também, que estas atividades são realizadas de forma superficial, descontextualizadas e sem problematização. Exemplos destes aspectos podem ser verificados em afirmações como: “é tão bonitinho a criança procurando ovinhos pela escola” ou “é tão linda a apresentação de Natal”; “essas religiões... coitadinha da criança não pode nada”. Verificamos, nestas últimas afirmações, que as profissionais culpabilizam as crianças e suas famílias pela não participação nas atividades. Consideramos isto um erro grave, já que a escola, que é o lugar do encontro da diversidade, deve acolher e respeitar as pessoas, que são diferentes fisicamente e seguem princípios diferentes.

De forma semelhante ao apontado por Thamiris Tonholo (2003) e Eliane Pinheiro (2010), as atividades em datas comemorativas realizadas em Itapema seguem os apelos comerciais e isto não é problematizado pelos professores. Consideramos que estas/es deveriam seguir a função da escola, que é promover a reflexão e não apenas reproduzir conteúdos.

Como se sentem estudantes que não têm recursos financeiros de participar de uma atividade realizada na escola? Como se sentem as crianças que são estimuladas (ou obrigadas) a presentear determinadas pessoas que não existem, caso de crianças que não têm pais ou mães, ou por quem não sentem afeto? Que tipo de valores a escola está fomentando? Quais impactos estas frustrações terão sobre a formação da personalidade das crianças?

Concluindo, embora possa parecer divertida para as/os profissionais, as atividades podem trazer sofrimentos, conflitos e promover exclusões de estudantes. Para evitar

sofrimentos e erros, consideramos que as atividades sejam planejadas com atenção, que os objetivos das atividades levem em conta todas as pessoas envolvidas e sejam avaliadas com recorrência, preferencialmente de forma coletiva.

### 3.2 OBJETIVOS DAS ATIVIDADES

Perguntadas sobre objetivos das atividades realizadas em datas comemorativas, obtivemos as seguintes respostas: ampliar o conhecimento e o repertório cultural das crianças, estimular as crianças a conhecer o significado destas datas, estimular a reflexão científica, desenvolver a crítica e reflexão sobre a data e promover a socialização entre escola e família. Como se percebe, os objetivos explicitados por articuladoras pedagógicas estão direcionados ao desenvolvimento e formação científica da criança e a relação entre escola e comunidade.

Observamos, como apontado por Thamiris Tonholo (2003) e Luciana Ostetto (2000), que a maioria das atividades realizadas em datas comemorativas nas escolas de educação infantil de Itapema segue a tradição, ou seja, são repetidas todos os anos com o mesmo objetivo e temática, sendo modificados apenas detalhes como música, desenho, performance ou formato da apresentação.

Observamos uma incompatibilidade entre esta constatação e o objetivo explicitado por articuladoras pedagógicas de que esta atividade amplia o conhecimento, o repertório cultural e estimula a reflexão de estudantes. Como o conhecimento é ampliado se, todos os anos, as atividades têm os mesmos temas e objetivos? Como o repertório cultural das crianças é ampliado se as atividades privilegiam as mesmas temáticas e culturas, caso das datas comemorativas cristãs? Como se promove a formação crítica de estudantes se as atividades seguem apelos comerciais ou motivações religiosas específicas sem problematizá-las? Parece-nos que, quando as atividades são repetitivas, não valorizam ou estimulam a criatividade ou não são problematizadas, elas massificam e empobrecem o conhecimento, menosprezam a capacidade da criança de ir além do conhecimento fragmentado e infantilizado.

Outros objetivos apontados pelas articuladoras pedagógicas de Itapema para realizar as atividades em datas comemorativas foram estimular as crianças a conhecer os significados destas datas e desenvolver uma reflexão crítica sobre elas. Quais as sensações de uma criança ao participar de uma atividade baseada em uma perspectiva religiosa que ela não conhece ou que não comemore? Como a escola vai contribuir na formação crítica da criança que não

entende os conteúdos ou objetos utilizados pela professora? Como vai estimular a criança a conhecer os significados e símbolos das datas se ela é organizada sempre a partir da mesma cultura?

Se seguirmos a perspectiva de Roseli Fischmann (2004), afirmaremos que, em Itapema, os direitos das crianças são desrespeitados e violados recorrentemente. Este desrespeito ocorre quando são escolhidas atividades a partir de uma única perspectiva, quando se afirma que este é o modo ou significado correto ou quando se afirma que a outra visão está incorreta. Este desrespeito pode prejudicar a formação desta criança. Além disto, realizar uma atividade numa perspectiva religiosa fere o princípio da laicidade do Estado.

Outro objetivo das atividades em datas comemorativas apontado pelas articuladoras foi promover a socialização entre escola e família. Considero, como Gustavo Heidrich (2009), que a participação da família na vida escolar do/a estudante melhora seu rendimento escolar, pode contribuir em seu aprendizado, incentivar e apoiar seu desempenho. A Constituição Federal do Brasil (1988) define que a família e escola têm responsabilidade pela educação da criança. No artigo 205, a educação é definida como direito de todos e dever do estado e da família providenciá-lo e incentivá-lo.

A parceria entre família e escola é fundamental para melhorar a aprendizagem da criança e do jovem. Além disso, melhora sua autoestima. A comunicação entre as instituições, por sua vez, evita constrangimentos, possibilita o conhecimento da família sobre o processo do aprendizado ou problemas. Assim, é certo que essa parceria é benéfica para todos.

Ao analisar os dados da pesquisa, constatamos que este objetivo, apesar de ser muito importante para as crianças, não atinge todas as famílias. Aquelas que não participam das atividades em função de seu vínculo religioso, por exemplo, são impedidas de estar na escola neste momento, socializar com outras famílias e estudantes. Será que todas as formações familiares serão convidadas ou participarão das atividades realizadas no Dia das Mães ou no Dia dos Pais? Como as crianças que não têm pais ou mães vão participar da preparação ou comemorar – na escola – estas datas? Como afirmamos anteriormente, os objetivos das atividades na escola devem ser muito bem definidos e levar em conta todas as crianças e famílias, que são diversas.

### 3.3 FORMATO DAS ATIVIDADES

As atividades em datas comemorativas são realizadas pelas/pelos professoras regentes ou pelas/pelos professoras que trabalham conteúdos de artes, música, contação de histórias e movimento com as crianças.

Grande parte das atividades em datas comemorativas envolve aspectos lúdicos. Algumas/uns profissionais confeccionam painéis, cartazes, realizam oficinas, eventos e brincadeiras, gincanas e preparam comidas típicas em datas específicas. Muitas escolas promovem atividades lúdicas e eventos fora de sala de aula, envolvendo as famílias. Algumas escolas seguem um planejamento, outras não.

A ludicidade, além de ser prazerosa, pode atuar como facilitadora do aprendizado e diversifica as metodologias de ensino. Para Mirelle Vecchietti (2011), a ludicidade é, sem dúvida, relevante para a aquisição do conhecimento. Ela sugere que a ludicidade facilita no processo de ensino-aprendizagem, explora sua criatividade, melhora sua conduta e sua autoestima. Assim, enquanto a criança brinca, está aprendendo, desenvolvendo suas habilidades, se relacionando e socializando.

A partir de minha experiência como professora no município de Itapema, bem como os dados da pesquisa com as articuladoras pedagógicas, posso afirmar que a ludicidade está presente no dia a dia das escolas de educação infantil do município de Itapema, tanto dentro como fora de sala de aula. Além disto, em todas as escolas estão instalados parques com brinquedos, jogos, aparelhos sonoros, televisores e outros equipamentos. Muitas professoras de educação infantil decoram as salas de aula com objetivo de tornar o ambiente aconchegante e prazeroso para as crianças.

Constatei, também, que muitas escolas de educação infantil de Itapema realizam atividades com objetivo de aproximar as famílias da escola. Reforço a importância desta ação e o cuidado de realizá-la em diversas datas, não apenas em datas comemorativas, envolvendo todas as famílias, conforme sugeriu Gustavo Heidrich (2009).

Ouvi diversas vezes em reuniões pedagógicas uma frase que buscava justificar os insucessos das ações. Muitas pessoas afirmam que sempre haverá conflitos e que é impossível agradar a todas as pessoas. Esta frase foi proferida, por exemplo, quando estava se decidindo se o Dia das Mães e o Dia dos Pais deveriam ser comemorados. Em função do entendimento de que há diversos e diferentes arranjos familiares, algumas escolas decidiram comemorar apenas o Dia da Família na Escola.

### 3.4 INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?

Oito articuladoras pedagógicas afirmaram haver crianças que não participam ou não comemoram algumas datas. Uma articuladora afirmou que todas as crianças participam em datas comemorativas e uma articuladora relatou que todas as crianças participaram das atividades realizadas em datas comemorativas no ano de 2016.

Oito articuladoras pedagógicas informaram que havia impedimentos por vínculo religioso para algumas crianças não participarem das atividades em datas comemorativas. Grande parte das famílias das crianças que não participam das atividades comemorativas é Testemunha de Jeová. Este grupo religioso se reconhece como cristão, objetiva “honrar a Jeová, o Deus da Bíblia e o Criador de todas as coisas” e dar testemunho “sobre Jeová, Deus e seu Reino” às pessoas não vinculadas a esta religião. Entre suas orientações, está a de que Testemunhas de Jeová não comemoram datas como Natal, Páscoa, aniversários e outras datas.

De forma semelhante ao refletido por Thamiris Tonholo (2003), percebemos que diversas escolas de Itapema ignoram as crenças individuais e impõem um modelo único ao promover atividades ou comemorações religiosas na escola. Judeus, budistas, testemunhas de Jeová, mulçumanos, ateus e algumas denominações evangélicas não comemoram Natal e Páscoa, por exemplo, e sua perspectiva religiosa é desrespeitada e menosprezada.

O percentual de crianças que não participam em algumas datas comemorativas nas escolas de Itapema é grande. Das dez escolas, oito afirmaram que algumas crianças não participam das atividades por motivação religiosa. Isto indica a necessidade de planejar e avaliar a realização destas atividades, de forma a acolher a todas as pessoas (PINHEIRO, 2010). O respeito à diversidade, previsto na Constituição do Brasil (1988), deve ser respeitado. Como ele será garantido se a instituição pública de ensino desconsidera determinadas pessoas ou não envolve todas as pessoas em suas atividades?

Perguntadas sobre o que acontece com as crianças que não participam das atividades realizadas na escola, cinco articuladoras afirmaram que a escola não realiza outras atividades. Uma articuladora afirmou que a escola sempre realiza outras atividades; outra afirmou que a escola realiza outras atividades às vezes e outra afirmou que a escola tenta entrar em consenso com a família quando isto ocorre.

Durante minha atuação como professora, presenciei crianças que participam da atividade, mesmo não se sentindo confortável com ela e crianças que não se envolvem, embora estejam presentes. Observei, muitas vezes, crianças que não participam das atividades

ficarem muito tristes, isoladas e sem atenção das profissionais, assistindo à sua turma ensaiar a apresentação de Natal, Páscoa ou Festa Junina. Considero problemática a ação de realizar estas atividades na escola, que é o lugar onde todas as crianças devem ser incluídas, receber educação e desenvolver habilidades. A escola não pode ser o lugar da exclusão. Entristece-me ver uma criança não participar das atividades, ser coagida a participar ou ser excluída. Qualquer uma destas ações pode diminuir sua autoestima e prejudicar seu aprendizado.

Algumas articuladoras afirmaram que muitas famílias não mandam as crianças para a escola quando as atividades com base religiosa são realizadas. Diversas articuladoras afirmaram que tentam entrar em consenso com as famílias e que respeitam a decisão delas se a criança deve ou não participar. Uma articuladora mencionou que realiza atividades diferentes para as crianças que não podem participar ou sugere que a criança fique em casa neste dia.

Considero problemática e ilegal uma ação educacional onde a criança não poderá participar, já, que, por lei, a escola não deveria oferecer atividades ou eventos que privilegiem determinada religião, pois é laica. Mais grave ainda é a ação de profissionais da educação de responsabilizar a criança e a família pela ausência da mesma em atividades de formação educacional em função do vínculo religioso dela. Considero urgente repensar e re-avaliar a função da escola e das/os profissionais, bem como os objetivos das atividades que têm como prerrogativa a exclusão de determinadas crianças. A escola é espaço para produção e socialização de conhecimentos (MENDONÇA, 2011), realização de experiências, e deve atender aos interesses de todas as pessoas.

Todas as escolas participantes da pesquisa afirmaram que realizam atividades no Dia das Mães (maio) e no Dia dos Pais (agosto), grande parte seguindo uma tradição (HOBBSAWM, 1984) ou apelo comercial (TONHOLO, 2003; PINHEIRO, 2010). Muitas escolas realizam estas atividades sem refletir profundamente ou considerar as consequências delas. Sabemos que existem inúmeros arranjos familiares e que poucas crianças nascem e crescem em famílias monogâmicas (pai, mãe, filhos/as). Muitas crianças são criadas em famílias extensas, por avós, tias, madrinhas, voluntárias, pais e mães adotivas, casais homossexuais, famílias formadas em diversos casamentos, amigos/as, entre outras. Estes arranjos familiares não são contemplados nas atividades realizadas na escola no Dia dos Pais ou no Dia das Mães. Assim, como uma criança que não conhece seu pai vai ficar feliz e participar da homenagem aos pais que a escola organizou?

Uma escola da rede municipal de Itapema, considerando estes aspectos, adotou o Dia da Família na Escola, onde todas as pessoas são incluídas e têm a oportunidade de participar de momentos de socialização na escola, além de interagir e conhecer a equipe pedagógica.

Considero esta uma excelente decisão, pois o Dia da Família leva em conta e objetiva acolher todas as famílias, sem exceção. Esta escolha, considera, também, os sentimentos, especificidades e desejos das crianças. A escola deve ser um lugar para aprender, acolher e ensinar a respeitar as pessoas independente da cor, credo ou vínculo religioso, etnia, nacionalidade, cultura, condição socioeconômica ou outra especificidade. A escola deve ser um espaço democrático, igualitário e prazeroso. Para tanto, deve repensar os métodos utilizados e ouvir todas as pessoas envolvidas. Poderia, por exemplo, reunir toda a comunidade escolar (profissionais e famílias) no início do ano e discutir sobre metas, objetivos, conteúdos, atividades e ações da escola. A família é responsável pelo aprendizado das crianças e pode contribuir e participar ativamente da formação escolar. A escola poderia organizar e realizar encontros e atividades com a participação das famílias como, por exemplo, eventos de culinária, artes, literatura, saúde.

### 3.5 TRADIÇÃO OU PREVISÃO LEGAL?

Perguntadas, seis articuladoras pedagógicas afirmaram que as atividades em datas comemorativas estão previstas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Duas afirmaram que não há esta previsão e uma que consta, neste documento, a Festa da Família.

A partir de minha experiência como professora e dos dados da pesquisa, posso afirmar que todas as escolas realizam reuniões de planejamento anual e estudos nos materiais disponibilizados pela rede pública de ensino de Itapema. Nestas reuniões de planejamento, são discutidas e definidas as atividades e cronograma das datas comemorativas.

O Plano Municipal da Educação de Itapema de 2015 prevê que se deve promover “o respeito aos direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade socioambiental” (PME, 2015, p. 02). Esta prerrogativa deveria ser firmemente garantida e defendida por todos/as profissionais da educação. A escola é o lugar da diversidade e, assim como a sociedade, é muito mais diversa do que homogênea. Por isto, devemos refletir se estamos encarando as diferenças nas escolas sem preconceitos. Todas as pessoas devem ser respeitadas. Como educadores/as, temos a responsabilidade de promover uma educação igualitária e livre de

parcialidades. É, na sala de aula, que é na prática que começa a mudança ou a "promoção" que se requer no papel.

Nos materiais disponibilizados pela Rede Pública Municipal de Ensino de Itapema não estão previstas atividades em datas comemorativas. Diversas articuladoras afirmaram que estão deixando de realizar as atividades em datas comemorativas para não comprometer a conclusão das atividades previstas no material.

A maioria, no entanto, continua realizando atividades em datas comemorativas sem problematizá-las. Isto nos indica que a maioria das profissionais continua realizando estas atividades por costume. Uma articuladora afirmou que está ciente de que a escola é laica, mas que realiza a atividade porque a comunidade "espera que ela faça". Desta maneira, as atividades e eventos se repetem e se naturalizam através de sua repetição. Isto nos remete à noção de tradição definida por Eric Hobsbawm (1984), como uma reprodução de uma ação "inventada" no passado sem objetivos específicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre datas comemorativas realizada nas escolas de educação infantil da Rede Pública de Ensino do Município de Itapema explicitou os objetivos, formas e problemas causados pela sua realização. Muitas atividades possuem perspectiva religiosa, estão previstas no PPP das escolas, mas não constam do material da rede de ensino. Na maioria das atividades, algumas crianças e famílias são excluídas de forma sutil, geralmente por motivos religiosos ou pelo arranjo familiar. Desta forma, o objetivo mais importante de realizar estas atividades, que é promover a socialização, não é alcançado, pois algumas crianças e suas famílias não participam das atividades e eventos realizados na escola.

Esta reflexão fortaleceu minha posição de que a tradição não deve tirar o direito da criança de frequentar a escola em todas as ocasiões e que a diversidade religiosa seja respeitada. O vínculo religioso de uma criança deve ser considerado no momento de planejar atividades. A escola não pode retirar o direito da criança e de sua família participar – ou não – em festas e eventos realizados. A escola deve considerar o direito da criança de escolher seu credo religioso e respeitá-lo. Deve garantir o direito da criança de ter uma educação igualitária, significativa e não fragmentada, de aprender coisas novas, de estimular que seus conhecimentos sejam ampliados e que sua individualidade seja respeitada.

Sugiro refletir sobre as ações excludentes e propor novas formas de atividades que primem pela inclusão. As pessoas são diversas, tanto estudantes, quanto profissionais. Os/as profissionais da educação precisam se atualizar, inovar e propor atividades e eventos que não desrespeitem a criança e sua família, por exemplo, atividades abertas à participação da comunidade. Além do já mencionado Dia da Família na Escola, podem ser realizadas atividades abertas com comidas típicas do litoral catarinense, exposição da cultura açoriana, contação da história da cidade para as crianças ou apresentações de música. No outro ano, poderá ser realizado um evento sobre culturas com comidas típicas, roupas e música de cada país ou etnia. Estas atividades podem estimular as crianças a conhecer as diferenças e aprender a respeitá-las. Sugiro propor algo novo e coletivo a cada ano. Ao invés de Festa de Natal, que é uma comemoração religiosa realizada por muitas famílias, poderia, por exemplo, ser organizado um evento de fim de ano com exposição dos trabalhos que foram realizados

durante o ano, apresentações de músicas ou peças teatrais que incluam as crianças, vídeos com retrospectiva do ano ou outra atividade.

O que precisamos, atualmente, é de mais empatia e respeito. E por que não começar pela educação infantil a construção de uma escola inclusiva, igualitária e que respeite as pessoas?

## BIBLIOGRAFIA CITADA

BONI, V.; QUARESMA, S. J. “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”. **Revista Em Tese**, UFSC. v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/search/results>>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FISCHMANN, Roseli. “Escolas públicas e ensino religioso: subsídios para a reflexão sobre o Estado laico, a escola pública e a proteção do direito à liberdade de crença e de culto”. **Com Ciência**, n. 56, jul. 2004.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13-51.

HEIDRICH, Gustavo. **A Escola da Família: aproximar os pais do trabalho pedagógico é um dever dos gestores**. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/escola-familia>>. Acesso em: 31 out. 2016.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução: a invenção das tradições”. In: HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

IBGE. "Santa Catarina - Cidades". Itapema, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420830>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

ITAPEMA. **Plano Municipal de Educação de Itapema: Lei nº 13.005/2015**. Prefeitura Municipal de Itapema – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 2015.

JW.ORG. "As Testemunhas de Jeová são cristãs?". <https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/testemunhas-de-jeova-sao-cristas/>. Acesso em 19 de outubro de 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MENDONÇA, Sueli G. de Lima. “A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico”. **Caderno CEDES**, v. 31, n. 85, p. 341-357, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. “Planejamento na Educação Infantil: mais que atividade, a criança em foco”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Encontros e encantamentos na Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 2000.

PAZ, Cláudia Denis Alves. “Dia das Mães e Dia Dos Pais: Gênero e Família na Escola”. **Fazendo Gênero 9** – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 23 a 26 de agosto de 2010.

PINHEIRO, Eliane. **Datas comemorativas nas escolas brasileiras e alienação**, 17 nov. 2010. Disponível em: <<https://caminhosuado.wordpress.com/tag/datas-comemorativas/>>.

PREFEITURA de Itapema. Governo Municipal assina convênio com grupos culturais, 2014. Disponível em: <<http://www.itapema.sc.gov.br/noticia/7041/governo-municipal-assina-convenio-com-grupos-culturais>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Não Vi e Não Gostei: o fenômeno do preconceito**. São Paulo: Moderna, 1995.

TONHOLO, Thamiris Bettiol. “Datas comemorativas no contexto escolar”. **Revista Eletrônica Pró-Docência/UEL**, n. 4, v. 1, jul.-dez. 2013.

VECCHIETTI, Mirelle Cândido. **O Lúdico na sala de aula: propondo atividades diferenciadas**, 2011. Disponível em: <<http://casadosgirassois.org/2011/10/14/ludico-na-sala-de-aula-propondo-atividades-diferenciadas/>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

WELTER, Tânia. “Religiosidade”. **O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina**, 2007. Tese (Doutorado) – PPGAS/UFSC, Florianópolis.

\_\_\_\_\_. “Ensino, religião e educação”. In: GROSSI, M. P. et al. (Coords.). **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola - Livro II - Módulo II**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. P. 5-28. [Livro didático]

## **APÊNDICE - Roteiro da Entrevista**

### **A. Perfil da Entrevistada**

- 1- Idade:
- 2- Profissão:
- 3- Formação acadêmica:
- 4- Há quanto tempo atua na escola:
- 5- Qual a função que exerce no momento:
- 6- Ocupa ou ocupou outro cargo nesta escola:

### **B. Pesquisa sobre datas comemorativas nas escolas públicas de educação infantil do município de Itapema Santa Catarina.**

- 1- A escola realiza atividades em datas comemorativas?
- 2- Se sim, em quais datas?
- 3- Quais turmas ou pessoas participam das atividades nestas datas?
- 4- Como são realizadas as atividades?
- 5- Qual o objetivo destas atividades?
- 6- Tem crianças que não participam ou não comemoram tais datas na escola?
- 7- Por que não participam?
- 8- A escola realiza outras atividades com estas crianças?
- 9- Estas datas comemorativas estão previstas no PPP da escola?